



Tivemos 73% de reajuste desde março de 2000. Como estaríamos se não tivéssemos lutado?

A tabela apresentada mostra a evolução do salário de um Professor Doutor (MS-3) desde março/2000 até janeiro/2005, incluindo o que conquistamos nesta data-base. O reajuste total até maio/2003 era de 63%. A incidência dos 5,9% previstos para este ano elevará o reajuste acumulado para cerca de 73%. A diferença salarial em relação a março de 2000, portanto, é de 10% e não somente 5,9%. Isso mostra o quão importante é não permitir que depreciações inflacionárias, mesmo quando tidas como pequenas, acabem corroendo o poder aquisitivo dos salários.

Sem dúvida ainda há muito que avançar em termos de valorização salarial dos docentes e servidores das universidades estaduais paulistas. Mas a tabela deixa evidente o impacto no padrão de vida de um MS-3 se estivesse sem estes reajustes. E os reflexos sobre a universidade seriam ainda mais desastrosos. É notório que a degradação salarial de docentes e servidores não apenas induz a perda de qualificação do corpo funcional universitário, como é um dos elementos propulsores da quebra do regime de dedicação integral e exclusiva e da proliferação de “fundações de apoio” que propiciam a privatização do espaço universitário público.

Basta ver os efeitos da greve de 2000 e desta que realizamos agora para perceber a importância de nossa capacidade de organização e luta. A força de nossos movimentos tem sido fundamental na defesa de nossas condições de vida e da universidade pública, juntamente com os demais serviços públicos essenciais e estratégicos para a maioria da população.

Neste ano, em particular, alcançamos uma grande vitória econômica e política diante do quadro adverso que enfrentamos. Abrimos um significativo espaço de debate público em defesa da universidade e da educação pública em geral. É necessário capitalizar o efeito deste esforço nos próximos meses, mantendo ações que conduzam ao combate da sonegação fiscal que dilapida o erário público, contra o decreto nº 48.034/03 que subtrai recursos das verbas vinculadas, contra o desconto para habitação no cálculo do repasse para as universidades e pelo aumento do repasse para as universidades públicas paulistas, seja pela elevação do percentual para 11,6%, seja pela mudança da base de cálculo para o conjunto das receitas tributárias do Estado. No plano federal há ainda reformas que vêm sendo articuladas pelo governo Lula e que podem representar derrotas sociais, tanto no que diz

respeito ao ensino superior público quanto na questão da centralização da representação sindical.

Nossa capacidade de organização, articulada com as demais entidades de docentes, servidores, estudantes e o conjunto dos trabalhadores brasileiros, é que permite defender ou manter de pé a resistência às iniciativas recorrentes de degradação de nossas condições de vida. Isso tanto no que se refere ao arrocho de salários quanto à perda de direitos de cidadania, como o acesso a educação e saúde públicos de qualidade.

Neste sentido é fundamental que preservemos e reforcemos a estrutura de representação da Adusp. Nesta greve conseguimos ampliar o número de unidades presentes em nosso Conselho de Representantes. Mas sentimos ainda a falta da filiação de muitos colegas. É usual entre os sindicatos o mote de filiação “1% para defender o 100%”, uma contribuição mensal que para um MS-3 representa hoje R\$ 49, e cujo apelo fica evidente diante dos ganhos salariais demonstrados na tabela (R\$ 2.128 desde o ano 2000). Todavia, muito mais que a contribuição financeira indispensável para que realizemos nossa intervenção social, o ato de filiação representa o reconhe-

Salário de professor-doutor em RDIDP

Data	Reajuste (%)	Reajuste Acumulado (%)	Salário (R\$)	Diferença Acumulada (R\$)
Abril/00	-	-	2.928	-
Maior/00	7,00	7,00	3.133	205
Junho/00	3,97	11	3.257	329
Outubro/00	6,70	19	3.475	548
Janeiro/01	4,90	25	3.645	718
Maior/01	6,00	32	3.864	937
Maior/02	8,00	43	4.173	1.246
Maior/03	14,45	63	4.776	1.849
Maior/04	2,00	66	4.872	1.944
Agosto/04	2,14	70	4.976	2.049
Janeiro/05	~1.6	~73	~5.055	~2.128

cimento e fortalecimento político da entidade e, portanto, de nossa capacidade de luta.

Fortaleça sua entidade participando de suas instâncias de representação e organiza-

ção! Se você ainda não está conosco, FILIE-SE E PARTICIPE DA ADUSP nesta luta em defesa de nossos salários e de uma sociedade solidária e socialmente justa.

Os temas em discussão na assembléia da Adusp

Constam da pauta de nossa próxima assembléia no dia 18/8, os temas reforma universitária, planejamento da continuidade da luta e pauta específica.

A proposta do governo de reforma universitária está disponível na página eletrônica da Adusp (www.adusp.org.br). Será necessário construir nosso posicionamento frente a ela, bem como a forma de intervir

nesse processo de discussão, ao qual não podemos permanecer alheios (ver p. 3).

Quanto ao planejamento da continuidade da luta, deveremos nos organizar para diversos embates de natureza orçamentária que foram levantados durante o movimento de greve: a Lei Orçamentária (LO), o desconto da habitação, o decreto 48.034/03, a campanha contra a sonegação. (Continua na p. 2)

Assembléia Geral da Adusp
18 de agosto, às 17 horas, no Anfiteatro da Geografia

Paralisadas as negociações entre governo e Andes-SN

Continuam sem acordo as negociações do Andes-SN com o governo federal. Em audiência realizada em 9/8, a bancada governista havia declarado que daria uma posição oficial às reivindicações do sindicato no prazo de 72 horas, isto é, até quinta-feira, 12/8 – o que não aconteceu. Também não foi registrada, até a manhã de 13/8, nenhuma tentativa de comunicação com o Andes por parte do governo.

O Andes luta pelo aporte de recursos ao Orçamento da União de 2004 de R\$ 70,4 milhões (o montante destinado ao reajuste salarial

anunciado pelo governo é de R\$ 372 milhões) para garantir o tratamento isonômico entre as duas carreiras do magistério das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Além disso, reivindica a extinção de gratificações produtivistas, a isonomia entre as três carreiras (1º, 2º e 3º graus) e a paridade entre ativos e aposentados.

Mensagem ao governo

O Andes está solicitando a todo(a) professor(a) que envie a seguinte mensagem aos ministros responsáveis pela negociação (Educação, Planejamento e Casa Civil):

“Senhores Ministros:

As negociações de nosso sindicato nacional, Andes-SN, com o governo evoluíram até o final de julho, quando as partes concordaram com a proposta de extinção da Gratificação de Estímulo à Docência – GED e com a criação de uma gratificação de fixa, de caráter paritário, para o pessoal da ativa e aposentados. O governo firmou acordo e implementou a extinção da Gratificação de Incentivo à Docência - GID para os professores da carreira de 1º e 2º graus, criando gratificação fixa. Infelizmen-

te, a bancada governista retrocedeu em relação à evolução da negociação para o magistério superior e volta a insistir na manutenção da GED, ainda que congelada e com a suspensão da avaliação de desempenho. Tal situação rompe a isonomia entre as duas carreiras existentes nas Instituições Federais de Ensino Superior, IFES.

Conforme já demonstrado na mesa de negociações, o tratamento isonômico no interior das IFES demandaria um aporte de recursos ao orçamento de 2004 de apenas R\$ 70,4 milhões. Este é um valor

proporcionalmente pequeno considerado o dispêndio com pessoal, mas que tem grande significado na valorização do trabalho docente e da universidade pública. Manifestamos, portanto, a expectativa de que o governo agilize os procedimentos para que a negociação salarial não se arraste mais e seja conclusiva nos termos apresentados acima.

Atenciosamente,”

Enviar para:

assessoriaespecial@mec.gov.br
ministro@planejamtno.gov.br
casacivil@planalto.gov.br

Em discussão na assembléia da Adusp...

(Continuação da p. 1)

Do ponto de vista da universidade, para além da discussão em torno da reforma universitária, deveremos tratar da questão das fundações privadas “de apoio” e da democratização da estrutura de poder. Será preciso ampliar a participação dos docentes nos grupos de trabalho da Adusp para garantir uma intervenção adequada nessas muitas lutas.

No que se refere à *pauta específica*, a Reitoria da USP acenou, durante o período em que estávamos em greve, com a possibilidade de estender aos docentes o auxílio-alimentação, já concedido aos funcionários da USP, e de introduzir um adicional aos salários dos coordenadores das comissões de cursos. A assembléia da Adusp já se manifestou contrariamente a esse último, por entender que este tipo de mecanismo desvirtua o processo de ocupação desses cargos de modo a não necessariamente fazer

prevalecer os interesses e as competências acadêmicas.

Decidiu-se também que, após o término da greve, deveríamos abrir a discussão sobre as possibilidades de se utilizar uma eventual “folga” orçamentária para conceder alguma forma de salário indireto aos docentes da USP. A questão é polêmica e diversas propostas surgiram no processo. Alguns propõem a introdução do auxílio-alimentação e outros defendem que existem formas de salário indireto que não passam por adicionais salariais, como, por exemplo, a construção de uma nova creche na USP. Há ainda a perspectiva de que eventuais “folgas” no orçamento deveriam ser revertidas em novas contratações ou no financiamento autônomo de pesquisa.

É muito importante que as unidades realizem reuniões setoriais no sentido de aprofundar a discussão desses temas e preparar melhor o debate e deliberação na assembléia geral.

Ação no STF tenta impedir o Ministério Público de realizar investigação criminal

Até o final de agosto, deverá ser concluído no Supremo Tribunal Federal (STF) o julgamento de uma ação para impedir o Ministério Público (MP) de realizar investigações criminais.

Uma investigação realizada pelo MP levantou provas de fraudes cometidas por um parlamentar do Maranhão. Acusado em processo criminal, ele recorreu ao STF, argumentando que o MP não pode investigar. A ação já conta com o voto favorável de dois ministros do Supremo.

A fim de evitar que seja feita essa limitação ao MP, entidades da sociedade civil, cidadãos comuns e figuras públicas estão assinando um manifesto intitulado “Investigar é preciso”, que defende a investigação plural de crimes, não apenas pelo MP, como também por outras instituições. “Impedir a investigação de crimes por parte do MP significa suprimir da sociedade um estratégico meio de combate ao crime organizado, à corrupção política, ao abuso de autoridade e à

lavagem de dinheiro”, diz o documento.

A Adusp está assinando este manifesto e transmite aos colegas o convite para parti-

ciparem do ato público em que será lançado, a realizar-se na segunda-feira, 16/8, às 19h30, na PUC (Rua Monte Alegre, 1024, Perdizes).

Adusp e Sintusp comemoram com festa a vitória na greve



No dia 6/8 aconteceu a Festa da Greve, organizada pela Adusp e pelo Sintusp, no gramado da Reitoria. A festa teve início às 17h, com muito churrasco e MPB ao vivo: Thais Araújo, Yara Nantes e Conjunto Brazuk. O senador Eduardo Suplicy (PT), que apoiou a campanha salarial do Fórum das Seis e intercedeu em favor da reabertura de negociações, também marcou presença no evento — e até cantou para os presentes.

Na Alesp, protesto estudantil e desorganização marcam debate sobre reforma universitária

Sob intenso protesto de estudantes, o debate “Democratização do acesso à universidade”, promovido pela bancada do PT na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) no último dia 11/8, com a presença do ministro da Educação, Tarso Genro, foi suspenso cerca de meia hora após seu início.

O evento tinha por objetivo discutir o projeto de reforma universitária do MEC (leia texto nesta página), mas foi marcado por fortes vaias contra Genro, barulho de gritos e apitos e falta de organização dos promotores do debate. Além da presença do Ministro e de alguns deputados, estava prevista inicialmente a participação apenas de convidados, como reitores e representantes de entidades docentes e estudantis (apenas UNE e Movimento dos Sem Universidade-MSU), mas acabou sendo aberto ao público. O uso da palavra, no entanto, seria concedido, estranhamente, apenas aos reitores e às representações estudantis. As demais entidades teriam de aguardar a abertura de inscrição após todas as intervenções.

Porém, devido às intensas vaias e palavras de ordem dos estudantes, a audiência foi encerrada logo após a fala de Genro, sem haver o debate. Os manifestantes, em sua maioria alunos da USP, Unicamp, Unifesp e PUC, protestavam contra a reforma universitária proposta pelo governo, tentando impedir que o Ministro se pronunciasse. “Essas pessoas que não querem debater, com uma visão pretensamente socialista, são fascistas”, atacou ele, fazendo com que as vaias e apitos aumentassem.

Genro falou sobre expansão de vagas, aumento de recursos e democratização do acesso ao ensino superior público, arrancando aplausos dos representantes do MSU e da organização não-governamental Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (Educafro). Em resposta, os estudantes gritavam “demagogia, demagogia”.

Assim que Genro terminou sua fala, o deputado Cândido Vaccarezza, líder da bancada do PT, deu por encerrado o debate e anunciou que, na próxima semana, os deputados do PT, PCdoB, PMDB, PSB e PPS apresentarão na Alesp um projeto de lei que prevê a reserva de pelo menos 50% das vagas das universidades estaduais para estudantes da rede pública de ensino e, destas, pelo menos 30% seriam destinadas para negros.



Fotos: José Antônio Teixeira/Alesp

Os representantes do Fórum das Seis se dirigiram à Liderança do PT para cobrar explicações, uma vez que haviam sido convidados a participar de um debate que acabou não acontecendo.

Estudantes protestam contra a reforma do MEC e acusam Tarso Genro de “demagogia”. Os organizadores do debate privilegiaram a inscrição de reitores e de apenas duas entidades estudantis



MEC pretende elaborar Lei Orgânica do Ensino Superior

Já está disponível na página www.adusp.org.br o Documento II da reforma universitária proposta pelo Ministério da Educação, intitulado “Reafirmando princípios e consolidando diretrizes da reforma da educação superior”. De acordo com o texto, o MEC, “em diálogo com a comunidade acadêmica e com representantes da sociedade brasileira, tem por objetivo forjar uma Lei Orgânica da Educação Superior como resultado do debate que está em curso e que tem neste documento um de seus marcos”.

Apesar de sinalizar dispo-

sição para o diálogo, o MEC está tocando a reforma “a toque de caixa”, tanto que estabeleceu o dia 13/8 como prazo máximo para apresentação de emendas ao Documento II. Ocorre que o texto foi lançado no dia 2/8!

O Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE) do Andes-Sindicato Nacional reuniu-se nos dias 13, 14 e 15/8 para avaliar o documento. O GT Educação da Adusp vem discutindo este texto oficial do MEC, que dá seqüência a uma série de documentos de outras instâncias que versaram sobre a reforma da edu-

cação superior, como a análise do Ministério da Fazenda e do Grupo Interministerial convocado especialmente para este fim em 2003.

Embora o Documento II avance na qualidade da redação, várias questões que suscitaram preocupações não estão superadas. Em particular estão presentes a possibilidade de atender boa parte da demanda por vagas no ensino superior por transferência de dinheiro público para o setor privado, via isenção fiscal (Prouni, já em discussão no Congresso) e o perigo de ser forçada a

expansão das universidades públicas, mediante a meta de dobrar as vagas em quatro anos, sem o suporte correspondente de recursos.

O texto do MEC recomenda, ainda, o ciclo básico universal de dois anos, cotas que chegam a 50% para egressos da escola pública e possivelmente extinção da estrutura departamental.

É evidente que todas essas questões terão reflexo também sobre o sistema superior público paulista. Convidamos o(a) colega a acompanhar a discussão e, se possível, juntar-se ao GT Educação da Adusp.

Fealq gera conflito de interesses na Esalq

*Poder da fundação privada reflete-se na eleição de diretores da unidade.
Imóvel da escola foi usado gratuitamente durante 20 anos*

A Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz (Fealq) é um exemplo claro de como uma instituição privada “de apoio”, após nascer umbilicalmente ligada a uma unidade da USP, ganha autonomia para vincular-se a quaisquer outras instituições, pois, via de regra, o critério norteador é a rentabilidade dos negócios que vier a obter com os novos laços.

Criada em 1976, por docentes da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), a Fealq, de acordo com os estatutos originais, tinha como finalidade “colaborar em programas de desenvolvimento econômico-social e cultural a serem estabelecidos com a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz e outras unidades da Universidade de São Paulo”.

Em dezembro de 2001, ao adequar os estatutos da Fealq ao novo Código Civil, seu Conselho Curador aprovou uma mudança sintomática: o primeiro objetivo da entidade passou a ser “colaborar em programas de desenvolvimento econômico-social e cultural a serem estabelecidos com unidades da Universidade de São Paulo, instituições e outras entidades de direito público e privado” (artigo 6º, parágrafo 1º). O texto mostra claramente a mudança de foco da Fundação.

No entanto, já em 13/5/1996 a Fealq ferira seus estatutos, ao credenciar-se no Ministério da Educação, sob o número 54, como “fundação de apoio a instituições federais de ensino superior”. Esse credenciamento foi cancelado em 13/5/1998, e em 13/9/2000 a Fealq voltou a credenciar-se, desta vez sob o número 166. Ambos os registros, portanto, foram anteriores à alteração estatutária acima citada.

“A Fealq foi criada essencialmente com vistas a atender à Esalq”, declara o professor Antonio Roque Dechen, atual diretor-presidente, e membro da diretoria da Fundação desde 1993. No decorrer dos anos, a Fealq passou a atuar junto a instituições como a Fundação Agrisus e o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea). Já realizou projetos com todos os departamentos da Esalq, permitindo a captação de recursos externos e criando uma estrutura ambígua, em que é difícil saber onde acabam os interesses da Fealq e onde começam os da USP.

Um exemplo modesto pode sugerir o quanto o poder acumulado pela Fealq influencia as decisões tomadas na Escola. Durante vinte anos (de 1978 a 1998) a Fealq usou como sede um imóvel da Esalq — uma casa localizada na Avenida Carlos Botelho, nº 1025 — sem pagar aluguel. As normas da USP determinam que as fundações reembolsem as unidades pelo uso de imóveis e equipamentos (Resolução 3592, artigo 2º).

A própria Fealq terminou por reconhecer que deveria pagar aluguel pelo uso do imóvel e começou, em abril de 1998, a repassar R\$ 1.500 para a Esalq. O diretor-presidente alega que os projetos da fundação sempre favoreceram a Esalq e que, por este motivo, a unidade emprestou a casa. “Antes de 1998 nós não repassávamos porque isso nunca nos foi solicitado”, sustenta o professor Dechen.

Poder único

Uma pista para saber por que a Esalq nunca solicitou o pagamento pode estar no fato de que o diretor da unidade em 1978, professor Salim Simão (hoje falecido), foi um

dos instituidores da Fealq e, na ocasião da cessão do imóvel, era também membro do Conselho Curador. Os anos subsequentes a 1978 vieram somente confirmar a instituição de um poder único no campus de Piracicaba, uma vez que todos os diretores eleitos até 2003 possuíam ou possuem ligações estreitas com a Fealq.

O professor Aristeu Mendes Peixoto acumulou, entre dezembro de 1978 e abril de 1981, as funções de diretor da Esalq e membro do Conselho Curador da fundação, de que foi, também, um dos instituidores. Durante sua gestão foram realizados os primeiros cursos pagos em parceria com a fundação. “A Fealq e a Esalq decidiram programar para 1980 uma série de cursos de extensão universitária, atualização e especialização, com a participação de docentes dos departamentos da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz”, divulgou a Fealq em um impresso de 1979.

Outro professor que também acumulou cargos de diretor da Esalq e diretor da Fealq foi Joaquim José de Camargo Engler, que dirigiu a fundação de 1976 a 1993. Ele foi outro dos instituidores da fundação: está em seu nome a solicitação de registro da Fealq no 1º Registro de Imóveis e Anexos de Piracicaba, assinada em 11/4/1977. O professor Engler exerceu a direção da Esalq de 29/12/1982 a 28/12/1986, quando passou o cargo para Humberto de Campos, que foi membro do primeiro Conselho Curador da Fealq e de seu Conselho Editorial.

O diretor seguinte, professor João Lúcio de Azevedo, esteve à frente da Esalq de 8/1/1991 a 6/1/1995, período quase coincidente com seu segundo mandato como conselheiro da Fealq. O professor Evaristo



Imóvel da Esalq na Av. Carlos Botelho

Marzabal Neves sucedeu Azevedo, acumulando as duas diretorias entre 7/1/1995 e 15/12 do mesmo ano, quando pediu dispensa da direção da Fealq “em virtude dos afazeres como diretor da Esalq”, como consta em ata do Conselho Curador da fundação.

O professor Júlio Marcos Filho, que dirigiu a Esalq de janeiro de 1999 a janeiro de 2003, já carregava o histórico de ter sido conselheiro da fundação entre abril de 1989 e abril de 1993. O poder da Fealq reflete-se ainda na prefeitura do campus e na eleição de membros para importantes órgãos da unidade, como a Comissão de Administração, Orçamento e Patrimônio, assessora da Congregação da unidade.

“Retribuição”

Uma das questões ainda sem resposta brota da leitura da ata da reunião de 15/4/1998, do Conselho Curador da fundação. Na ata, consta que o diretor-presidente informa aos presentes que “como retribuição pelo uso dos imóveis do campus a Fealq transferirá mensalmente à Esalq a importância de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais)”. Ou seja, a impressão é de que a Fealq

decidiu, por si mesma, o valor e quando começar a pagar pelo uso da casa da Avenida Carlos Botelho.

Perguntado sobre como se chegou à quantia de R\$ 1.500, o professor Dechen disse ser esta uma questão “difícil de explicar” e passou a falar sobre o quanto, na sua opinião, a Esalq ganhou com a presença da Fealq. “Toda a manutenção do imóvel, as melhorias, o sistema de alarme, tudo foi entregue à Esalq quando a fundação se mudou”, exemplificou.

A Adusp procurou a Imobiliária Expande, em Piracicaba, que considerou aceitável o valor de R\$ 1.500 mensais para o aluguel do imóvel. Uma simples multiplicação deste valor pelo número de meses corridos entre a cessão do prédio para a Fealq, que ocorreu em dezembro de 1978, e a época em que a fundação começou a pagar o aluguel, em abril de 1998, produz a cifra de R\$ 348.000, somatória dos valores que a Fealq deixou de recolher à Esalq ao longo desse período.

Em 18/12/2002 a Fealq mudou-se do imóvel da Avenida Carlos Botelho para uma sede alugada na Avenida Centenário, fora do campus, em local próximo à Esalq.

Henrique Spavieri